

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMAS ADVOCACIA GERAL DO MUNICÍPIO

Revogada pela Lei 2.025, de 03 de fevereiro de 2014.

LEI Nº 1126, de 2 de julho de 2002.

Dispõe sobre o desfazimento do Livro Didático Municipal Irrecuperável e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PALMAS aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Consideram-se livros didáticos municipais irrecuperáveis aqueles cuja tradição efetuada pelo Ministério da Educação tenha transcorrido o prazo de 03 (três) anos.

Art. 2º São livros didáticos irrecuperáveis, para efeito desta Lei, àqueles que não mais puderem ser utilizados para o fim a que se destinam, devido a perda de suas características ou em razão da inviabilidade econômica de sua recuperação.

Art. 3º Os livros didáticos irrecuperáveis poderão ser alienados.

Parágrafo único. A alienação poderá ocorrer da seguinte forma:

 I - por doação, permitida, exclusivamente, para fins e uso de interesse social, após avaliação de sua oportunidade e conveniência sócio econômica, relativamente à escolha de outra forma de alienação;

II - venda, exclusivamente para reciclagem;

III - permuta entre órgãos ou entidades públicas ou particulares.

Art. 4º Caberá exclusivamente à Secretaria da Educação, Cultura e dos Esportes decidir sobre a oportunidade e a conveniência da alienação dos livros didáticos inservíveis, bem como sobre a aquisição de novas obras.

Art. 5º A renda percebida pela venda dos livros didáticos irrecuperáveis será revertida, única e exclusivamente, para a aquisição de novos livros, aumentando e atualizando o acervo bibliotecário das escolas da rede municipal de ensino.

Art. 6º Para os casos mencionados no art. 3º desta Lei, será ouvido, previamente, o Conselho Municipal de Educação, que emitirá parecer sobre a viabilidade da alienação.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PALMAS, aos dias do mês de 2002, 14º ano da criação de Palmas.

